

Estado Novo no Rio Grande do Sul: educação e saúde¹

René E. Gertz
PUCRS/UFRGS

Na memória histórica, quando alguém se refere ao campo educacional durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul, as primeiras coisas que vêm à lembrança são a campanha de “nacionalização” e o nome do secretário da pasta, J.[osé] P.[ereira] Coelho de Souza. Nomeado pelo interventor Daltro Filho, em 21 de outubro de 1937, mantido pelos interventores Oswaldo Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles, deixou o cargo somente em 25 de abril de 1945. A campanha de “nacionalização” não será abordada aqui. Apenas se fará uma avaliação da ação governamental no campo educacional como tal.

Apesar da insistência das autoridades estado-novistas de que teriam promovido um enorme salto quantitativo e qualitativo – uma verdadeira “revolução” – na educação sul-riograndense a partir de 1938, deve-se destacar que já se observava um crescendo na preocupação e nos investimentos nesse setor desde 1930. Na República Velha não havia uma secretaria específica para a educação ou o ensino² – o que não impediu que o estado apresentasse um dos mais altos índices de alfabetização do país (73%, em 1920).³ Uma secretaria para a área só foi criada em 1935, como Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Essa secretaria teve atribuições amplas, como cuidar da instrução pública, da higiene e da saúde públicas, da assistência aos alienados, do Museu Júlio de Castilhos, da Biblioteca Pública, da Universidade de Porto Alegre (que fora criada em 1934 a partir das “faculdades livres” existentes até então), entre outras. No mesmo ano de 1935, foi criado o Conselho Estadual de Educação, fez-se uma primeira regulamentação da carreira do magistério e ampliou-se o número de escolas públicas. Se em 1930 havia, no estado, 718 escolas estaduais, 2.131 municipais e 1.320 particulares; em 1937, esses números haviam evoluído para 902, 2.807 e 1.637, com crescimento de 25%, 31% e 24%, respectivamente.⁴ Isso significa que as escolas públicas municipais e estaduais tinham tido índices de crescimento superiores aos das particulares durante o governo Flores da Cunha.

¹ Texto apresentado na XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, no Rio de Janeiro, 26-29 de julho de 2005. Está publicado em Anais da XXIV Reunião da SBPH. Curitiba: SBPH, 2005, p. 521-527.

² Havia apenas uma Diretoria de Instrução Pública, subordinada à Secretaria do Interior.

³ Pelo censo demográfico de 1940, os habitantes maiores de 10 anos que sabiam ler e escrever eram 61,23%. Abstraindo do Distrito Federal, esse era o mais alto índice do país; São Paulo vinha em segundo lugar, com 57,76%, e Santa Catarina em terceiro, com 56,20% (*Estudos sobre a alfabetização na população do Brasil, baseados no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 14).

⁴ Bastos, Maria Helena Câmara. Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937-1945). *Educação*, Porto Alegre, ano XXI, n° 34, 1998, p. 41.

Mesmo que as estatísticas, às vezes, apresentem números que justificam alguma dúvida sobre sua confiabilidade, os dados oficiais, cujos números absolutos, acompanhados dos índices, estão na Tabela I, mostram que não ocorreu uma inflexão abrupta na passagem de 1937 para o período posterior. No que tange ao número de escolas e de docentes, quase poderia dizer-se que há uma inflexão na passagem de 1936 para 1937 – portanto, ainda *durante* o governo Flores da Cunha.

Tabela I: <i>Ensino geral no Rio Grande do Sul, 1932-1940</i>								
Ano	Escolas		Docentes		Matrículas		População do RS	
1932	4.742	100	8.125	100	275.924	100	2.822.513	100
1933	4.640	98	8.111	99	265.418	96	2.883.633	102
1934	4.948	104	8.436	104	280.536	102	2.946.070	104
1935	5.196	107	8.923	110	296.064	107	3.009.857	107
1936	5.095	107	8.970	111	298.791	108	3.075.025	109
1937	6.129	129	10.884	134	320.453	116	3.141.505	111
1938	6.308	133	11.970	147	380.945	138	3.209.627	114
1939	6.441	136	12.215	150	394.447	143	3.279.121	116
1940	6.648	140	12.516	154	408.042	148	3.350.120	119

Fonte: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação* (Elucidário apresentado à Primeira Conferência Nacional de Educação) (vol. II). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 328 e 382.

No que tange às despesas com educação, os números também não apontam para uma curva que sofresse uma clara inflexão para mais em 1938, contra uma suposta estagnação antes dessa data. Segundo dados divulgados na época, as despesas com a área apresentaram a seguinte evolução, em números absolutos e (entre parênteses) em números relativos⁵:

1936 – 14.250:572\$ (100)	1937 – 18.184:316\$ (127)
1938 – 18.125.894\$ (127)	1939 – 25.608:185\$ (179)
1940 – 37.916:303\$ (266).	

Mesmo que também aqui não seja possível partir do pressuposto da exatidão absoluta dos dados, fica claro que no exercício de 1937, último antes da implantação do Estado Novo, houve aumento nos gastos com educação e que em 1938 esses gastos se mantiveram iguais aos do ano anterior. É verdade que se o aumento de 1936 para 1937/1938 foi de 27%, os dois anos seguintes registraram aumentos de 41% e 48%, respectivamente.

Uma outra tabela, também elaborada a partir de dados oficiais, comparando o número de professores e de matrículas efetivas, em 1937 e em 1940, no ensino primário geral, mostra que, nos quatro tipos de escolas existentes (federais, estaduais, municipais e particulares), o primeiro teve um incremento percentual grande, mas representava pouco em termos absolutos. Dos três restantes, o estadual teve um crescimento em torno de 20%, o municipal *decreceu* em torno de 30% e o particular cresceu em mais de 60% (Tabela III). Esses dados do ensino primário geral também sugerem que não houve uma investida estatal abrupta e de grande monta a favor do ensino gaúcho.

⁵ Balanço geral do Rio Grande do Sul. *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, LXIX, 1941, p. 151-159.

Tabela II: Professores e matrículas efetivas do ensino primário geral						
	Professores			Matrículas efetivas		
	1937	1940	% aumento			% aumento
Federais	63	98	+55	1.845	4.467	+142
Estaduais	2.927	3.530	+20	80.219	95.117	+18
Municipais	3.103	2.146	-30	103.381	74.759	-27
Particulares	2.768	4.457	+61	81.894	143.642	+75
TOTAL	8.861	10.231	-	267.339	317.985	-

Fonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública. *Boletim de Estatísticas Educacionais, 1936/1937*. Porto Alegre: Globo, 1939, p. 10-11; *Boletim de Estatísticas Educacionais, 1939/1940*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional, 1942, p. 26-27.

Independente dos dados numéricos, porém, não há dúvida de que algumas medidas importantes para a institucionalização e para a regulamentação do ensino em geral foram tomadas nesse período, da mesma forma que ocorreu uma expansão física de prédios escolares e uma mobilização de professores, administradores e intelectuais em torno do setor. A atenção maior foi dada ao ensino básico, e nesse campo foram perseguidos três objetivos fundamentais⁶: ampliação da rede de escolas e do número de professores para aumentar os índices de alfabetização entre a população; definição de uma política de pessoal, com a elaboração de um plano de carreira para o magistério; elaboração de normas e critérios para o funcionamento das escolas. Isso significou, concretamente, a reformulação do Instituto de Educação General Flores da Cunha⁷ especializado na formação de docentes; a seleção dos professores por concurso; a criação das Delegacias Regionais de Ensino, para possibilitar um maior acompanhamento das escolas e dos professores do interior do estado; a elaboração de programas curriculares mínimos a serem seguidos. A criação de um Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e a publicação de uma *Revista do Ensino* foram outras medidas no sentido de ser buscada uma modernização e uma mobilização em torno da educação no Rio Grande do Sul. Professores receberam bolsas para aperfeiçoamento. Até a criação do Dia do Professor (15 de outubro) e dos Círculos de Pais e Mestres fizeram parte dessa mobilização em favor do ensino e da educação.⁸

Do ponto de vista do conteúdo e da forma do ensino, as autoridades estado-novistas gaúchas defendiam a implantação de uma educação “militante”. Num livro com endosso oficial publicado em 1940, a professora Olga Acauan Geyer criticou a política educacional praticada até então, durante toda a República: “E nessa concepção unilateral do

⁶ Além da “nacionalização”.

⁷ Louro, Guacira Lopes. *História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1985; Louro, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1987, p. 16.

⁸ As informações foram buscadas nos seguintes trabalhos: Barbosa, Maria Carmen Silveira. *Estado Novo e Escola Nova: práticas políticas de educação no Rio Grande do Sul – 1937 a 1945*. Porto Alegre: UFRGS, 1987 (dissertação de mestrado); Beiser, Ana Cristina Pires. *Escola e Estado autoritário no Rio Grande do Sul: professor renovado, aluno disciplinado (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (monografia de conclusão do Curso de História); e Bastos, Maria Helena. *O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo: USP, 1994 (tese de doutorado).

pensamento-livre que se instalara em nossa estrutura político-social, pretendia-se alicerçar a neutralidade da escola”.⁹ E no mesmo ano, Coelho de Souza apresentou, numa “Oração ao mestre”, as diretrizes básicas para as quais as crianças deveriam ser educadas: “à fé profunda em Deus, à consagração total à Pátria, ao ideal da unidade nacional, à disciplina da vontade, à vocação da ordem, à austeridade da conduta, à elegância das atitudes”. Tudo isso deveria ocorrer num ritmo que não representasse “nem a paralisia das rotinas nem o abalo das revoluções, mas o passo firme de um progresso moderado”.¹⁰

Considerando que a maior preocupação da época se centrava na educação básica, vale a pena apresentar os dados numéricos mais importantes sobre esse nível. A Tabela III mostra a evolução do número de escolas, de professores e de matriculados, mais o percentual de crescimento anual em relação ao ano-base de 1936.¹¹ Também esses números apontam para o fato de que ao menos nos exercícios finais do governo Flores da Cunha já se verificara um aumento significativo no número de escolas e de professores, dando conta de uma maior preocupação estatal com o assunto, mesmo que o aumento do número de matriculados ainda não houvesse crescido na mesma proporção.

Ano	Escolas		Professores		Matrículas	
1936	4.841	100	7.099	100	251.702	100
1937	5.823	120	8.861	124	267.339	106
1938	5.936	123	9.716	137	290.731	115
1939	6.082	126	9.959	140	369.398	157
1940	6.100	126	10.231	144	317.985	126
1941	6.449	133	10.702	151	325.764	129
1942	6.386	132	10.977	155	328.413	130
1943	6.491	134	11.399	160	327.769	130
1944	6.407	132	11.991	169	401.213	159
1945	6.682	138	12.431	175	401.309	159

Fonte: Diretoria de Estatística Educacional – SEC (ed.). *Boletim de Estatísticas Educacionais*. Porto Alegre: Globo, 1947, p. 2.

Interessante, nessa tabela, é a constatação de que houve um crescimento considerável das matrículas em 1939, mas um *decréscimo* em 1940, para só em 1944 voltar a haver novo crescimento. Uma interpretação possível para esse fato é a campanha de “nacionalização”. O dismantelamento do sistema de escolas particulares das regiões de colonização alemã e italiana, em 1938, pode ter levado a um aumento substancial de matrículas no sistema público no ano seguinte (1939). O recuo significativo no número de matrículas em 1940 pode significar, em contrapartida, que as crianças das regiões coloniais não tiveram aproveitamento nessas escolas públicas ou os pais não as consideraram adequadas para seus filhos, abandonando-as em massa; ou – uma outra hipótese – as estatísticas de 1939 estão viciadas. Nesse caso, poderia imaginar-se que a grande

⁹ In: Schidrowitz, Léo Jerônimo et al. (orgs). *Porto Alegre: biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., [1940], p. 321.

¹⁰ Citado por Barbosa, op. cit., p. 131 e 147, respectivamente.

¹¹ Atentar para o fato de que esses números não se referem ao mesmo universo da Tabela I.

propaganda em torno da “nacionalização” tenha levado a uma “maquiagem” das estatísticas, para pretextar sucesso, voltando-se depois a dados mais realistas.

A educação primária ocupando um espaço importante entre as preocupações do governo gaúcho no período, sugere uma pergunta sobre a orientação político-filosófica que orientou esse projeto. A citada professora Olga Acauan Geyer, uma das auxiliares de destaque do secretário da educação, acentuou, numa avaliação, em 1942, que “no panorama atual da educação rio-grandense ressaltam, desse modo, os fundamentos científicos como linhas marcantes que, continuadas, permitirão, no futuro, valorizar na nossa criança tudo quanto traz em si em potencialidade humana e social”.¹²

Nesse sentido, havia uma preocupação consciente com a fundamentação teórica e filosófica do processo educacional. Na época, existiam no Brasil duas correntes pedagógicas básicas: uma defendia a educação “tradicional”, a outra propugnava a “escola nova”. Coelho de Souza parece nunca ter-se definido claramente por uma ou por outra dessas correntes – ele só foi intransigentemente claro e inflexível na questão da “nacionalização”. Permitiu, assim, que se desenrolasse um debate entre ambas, a ponto de despertar a desconfiança de algumas lideranças militares. Uma das autoridades militares que mais se destacou no início da campanha de “nacionalização” no sul do Brasil foi o general “linha-dura” José Meira Vasconcelos, então comandante da 5ª Região Militar, em Curitiba. O *Correio do Povo* de 22 de abril de 1938 noticiou que ele fizera sérias restrições ao “liberalismo” que imperava na orientação da política educacional gaúcha.¹³

Certamente não é errado afirmar que ao menos uma parte dos auxiliares de Coelho de Souza fosse adepta ou simpatizante da “escola nova”. A oposição mais incisiva a essa orientação provinha de representantes da Igreja Católica, defensores da educação “tradicional”. Professoras, como Diva Branca Pereira de Souza, Florinda Tubino Sampaio e Marieta da Cunha e Silva, que exerciam papel importante na Secretaria de Educação e, portanto, na definição da política educacional, teriam estado mais próximas de tendências didático-pedagógicas inovadoras.¹⁴

O movimento renovador da “escola nova”, cujas manifestações mais conhecidas datam do início dos anos 1930 e costumam estar associadas ao nome de Anísio Teixeira, caracterizou-se pela defesa da laicidade do ensino; pela afirmação e pela expansão da escola pública, para oferecer ensino gratuito, obrigatório; pela igualdade de oportunidades, incluindo os sexos; pela unificação dos diversos tipos de ensino – entre os quais o primário e o profissional eram, tradicionalmente, vistos como terminalidades destinadas às camadas mais pobres da população, e o secundário e superior para os mais ricos. Isso sem falar nas questões do conteúdo e da forma no cotidiano da escola. Os “tradicionalistas”, sobretudo os católicos, criticavam os “escola-novistas” principalmente pela suposta defesa do monopólio estatal do ensino e pela exclusão do ensino religioso do currículo, além de eventuais restrições às liberalidades mais gerais da proposta.¹⁵

¹² Silva, Morency do Couto & Pires, Arthur Porto & Schidrovitz, Léo Jerônimo (eds.). *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 289.

¹³ Citado por Barbosa, op. cit., p. 87.

¹⁴ José Silvério Baía Horta tentou mostrar que havia três projetos básicos para a educação brasileira na época: o do governo, o da igreja católica e o do exército (cf. seu livro *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994).

¹⁵ Romanelli, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 142-153.

Nos regimes autoritários, patriotismo e festas cívicas costumam estar muito presentes no dia-a-dia. No Brasil de Vargas durante os anos 1937 a 1945 não foi diferente.¹⁶ Um extenso livro de 350 páginas editado em 1944 pelo Diretório Regional da Liga de Defesa Nacional dá uma idéia da intensidade das atividades cívicas promovidas durante o ano anterior, no Rio Grande do Sul.¹⁷ Escolas, alunos e professores foram profundamente envolvidos nessas atividades. Andréa Sanhudo Torres mostrou a importância que jornais e rádios tiveram na mobilização da população em geral e dos professores e alunos em particular para as grandiosas festas cívicas da Semana da Pátria.¹⁸ Além das atividades internas nas escolas, realizava-se, em geral num domingo, a grandiosa “Parada da Pátria” ou “Parada da Mocidade”, com desfiles e demonstrações de educação física, que tentavam refletir intensa dedicação, harmonia e disciplina.¹⁹ Alguns alunos inclusive eram envolvidos na grande “Parada militar”, que costumava ser realizada no próprio dia 7 de setembro.²⁰

Para evidenciar um pouco do espírito que presidia essas festividades, será transcrita uma citação um pouco mais longa de uma matéria do *Correio do Povo* de 7 de setembro de 1938, portanto do primeiro ano de vigência do regime e dentro de um clima internacional ainda não tão tenso quanto o seria nos anos seguintes: “Sem desmerecer nas demais solenidades, que tiveram todas uma concorrência espontânea e numerosa, é de justiça abrir espaço, nestas colunas, à Parada [da] Mocidade estudiosa e desportiva, a qual constituiu um espetáculo realmente entusiástico e desvanecedor. Foi a verdadeira exteriorização da raça, em seus atributos fulgurantes de vitalidade e de beleza física, através das gerações nascentes, cheias de saúde e de força em plena expansão. Já se começa a compreender que a tarefa da educação não consiste apenas em transfundir, nos cérebros juvenis, as noções da ciência nos seus diversos ramos, dissociadas outrora da própria realidade da vida, onde se forjam e aprimoram as energias necessárias ao triunfo individual das múltiplas e crescentes competições hodiernas. Nenhum antagonismo já existe entre a inteligência e o músculo, inseparáveis que ambos se tornaram em todo o desenvolvimento normal do ser americano. Graças a essa compreensão, que vitoriosamente se impõe a todos os responsáveis pela obra da instrução entre nós, as vanguardas escolares representam, nestes dias mais próximos, um acontecimento de alevantada significação, como índice de disciplina e de cultura física”.²¹ Mesmo que essas palavras não tenham sido pronunciadas por uma autoridade educacional, elas certamente refletem aquilo que também elas pensavam naquele momento.

Deve-se lembrar que o Estado não foi o único agente a preocupar-se com a educação. Se as escolas das regiões de colonização alemã, sobretudo aquelas que pertenciam a confissões religiosas luteranas, foram fechadas e, muitas vezes, encampadas pelo Estado, as escolas ligadas a comunidades católicas, em geral, puderam fazer acordos com as autoridades, comprometendo-se a *incorporar* determinados princípios para poder continuar a existir. Nesse sentido, foi assinado, em 5 de junho de 1940, um convênio entre o secretário de educação, Coelho de Souza, e o arcebispo de Porto Alegre, D. João

¹⁶ Capelato, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

¹⁷ Pimentel, Fortunato (org.). *Liga de Defesa Nacional: atividades de 1943*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Imprensa Oficial, 1944.

¹⁸ Torres, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

¹⁹ Cf. fotos desse tipo de demonstrações em Pimentel, op. cit., p. 113-116.

²⁰ *Ibid.*, p. 180.

²¹ Citado por Torres, p. 167-168.

Becker.²² Como em todos os aspectos de vida da época, o catolicismo também marcou presença forte no campo educacional. Em 19 de dezembro de 1934, havia sido criada a Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul, sob direção de Armando Câmara, Raul Moreira, Álvaro Magalhães e outros.²³ Essa associação se manteve ativa nos anos seguintes, e Armando Câmara procurou exercer influência sobre a política educacional regional com a mesma intensidade com que Alceu Amoroso Lima tentou exercê-la em nível nacional. A vontade do grupo “católico” de exercer influência sobre os destinos da educação gaúcha foi tão grande que em junho de 1940 foi fundada uma revista com o título *Estudos*, que não se dedicava exclusivamente ao tema educação e adjacências, mas também a assuntos de interesse geral para o catolicismo, mas reflete o esforço do grupo em marcar presença no setor, representando, assim, uma tentativa clara de contestar o monopólio estatal da educação.²⁴

Não só de sucesso e de vitória se constituiu a gestão de Coelho de Souza na administração da educação gaúcha. Uma comissão formada em janeiro de 1938 para elaborar um “Código de educação” e composta por pessoas de destaque como Armando Câmara, Olga Acauan Geyer, Marieta da Cunha e Silva, Anadir Coelho, Camila Furtado Alves, Diva Branca Pereira de Souza, Florinda Tubino Sampaio, Ary de Abreu Lima, Irio do Prado Lisboa, Ignácio de Freitas Rolim, Mário Ramos, Décio Martins Costa e Raul Moreira, parece não ter levado a resultado algum, pois não se tem notícia de qualquer documento nesse sentido. Talvez isso tivesse acontecido exatamente porque o grupo abrigava “católicos” e “inovadores”.²⁵

Da mesma forma que em nível nacional a saúde pública esteve atrelada ao Ministério da Educação²⁶, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul também foi responsável pela saúde – ao menos até certo momento do Estado Novo. É da vinculação entre os projetos educacional e sanitário que tratarão as linhas finais deste texto.

As ações da área da saúde estavam afetas ao Departamento Estadual de Saúde (DES). Cordeiro de Farias atribuiu enorme importância a esse órgão, a ponto de não tê-lo confiado a um administrador local e ter buscado um médico gaúcho que trabalhava no Rio de Janeiro, J. Bonifácio Paranhos da Costa, para dirigi-lo. Em 1940 o secretário Coelho de Souza elaborou um parecer “sugerindo” a autonomização do Departamento, sugestão que foi concretizada pelo decreto-lei nº 31, de 6 de setembro de 1941. O DES foi responsável pela instalação de 75 postos de higiene no interior do estado, que foram aparelhados “se não com todo o material necessário, pelo menos com médicos-chefes animados do desejo patriótico de bem executarem suas tarefas”. Em Porto Alegre, foram criados três Centros de Saúde, mais um em Pelotas e um em Rio Grande. Segundo o parecer de Coelho de Souza para justificar a autonomização do Departamento Estadual de Saúde em relação à Secretaria de Educação, o trabalho a ser realizado abrangia a “higiene da alimentação, do trabalho, da criança, serviços pré-natal e dentário, polícia sanitária e saneamento, combate às endemias rurais, doenças transmissíveis agudas, tuberculosas e lepra”. Também estavam afetos ao DES o serviço de educação e propaganda sanitárias, a higiene escolar, a fiscalização do

²² *Unitas*, Porto Alegre, ano XXIX, nº 5-6, 1940, p. 138-139.

²³ Bastos, op. cit., p. 83.

²⁴ A revista *Estudos* foi publicada até 1977.

²⁵ Barbosa, op. cit., p. 79-84 e 115, respectivamente.

²⁶ Hochman, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidade e inovações. In: Bomeny, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 127-151.

exercício profissional, a bioestatística, a epidemiologia, a fiscalização dos gêneros alimentícios. Além disso, havia uma divisão de assistência médico-social, a superintendência do hospital de isolamento, do asilo-colônia de Itapuã, da assistência a psicopatas e das instituições privadas de assistência social.²⁷

Interessam-nos, porém, aqui as atribuições mais ligadas à educação e, portanto, o campo da saúde infanto-estudantil. Nesse sentido, desencadeou-se uma campanha de acompanhamento médico da população estudantil, com a elaboração de uma ficha médica para uso em todo o estado, a fim de viabilizar o levantamento de um quadro das condições de saúde dos alunos. Além do quadro físico e psíquico geral, com a anotação detalhada das características do desenvolvimento das crianças, fizeram-se investigações dirigidas à descoberta de casos de tuberculose, de lepra, de verminoses. Para combater a subnutrição entre os estudantes, desencadeou-se uma campanha da “merenda escolar” ou da “sopa escolar”. Para alunos com carências ou deficiências, foram organizadas colônias de férias junto ao mar ou na serra, onde passavam temporadas sob intensíssima supervisão médica, numa tentativa de recuperá-los.²⁸

Os dados apresentados admitem várias conclusões. Quero destacar apenas três. Em primeiro lugar, o Estado Novo, efetivamente, dedicou atenção especial à educação – mas não é assim que essa área não tivesse recebido atenção alguma de governos anteriores, assim que tivesse ocorrido uma “revolução” após a decretação do novo regime; em segundo lugar, a educação foi uma das áreas a partir das quais o Estado Novo tentou realizar mudanças profundas na sociedade brasileira, motivo pelo qual ela esteve estreitamente ligada a uma concepção de educação cívica e física; mas, em terceiro lugar, esse projeto não pode ser identificado, sem mais nem menos, com a prática dos regimes totalitários vigentes em alguns países europeus, na mesma época, pois no projeto gaúcho (e brasileiro) havia espaço para posturas e práticas inovadoras.

²⁷ O Departamento Estadual de Saúde. In: Franco, Álvaro & Ramos, Senhorinha (orgs.). *Panteão médico riograndense: síntese cultural e histórica*. São Paulo: Ramos, Franco – Editores, 1943, p. 155-156.

²⁸ Espírito, Poli Marcelino & Budiansky, Estella. Assistência médica aos escolares. In: Franco & Ramos, op. cit., p. 204-206; Barbosa, op. cit., p. 113. Além disso, cf. as muitas matérias sobre o assunto na *Revista de Ensino*, como “O novo modelo de ficha médica” (ano 1, vol. 3, nº 10, 1940, p. 170-173), “Colônias de férias” (ano 2, vol. 4, nº 13, 1940, p. 105-106), “A seleção de escolares para as colônias de férias” (ano 2, vol. 4, nº 16, 1940, p. 396-398), “Colônia de férias” (ano 3, vol. 7, nº 27, 1942); ao folhear as edições de 1941 da revista tem-se a impressão que ela trata mais de saúde do que de educação.